



Correio Manhã

25-02-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 115581

Temática: Economia

Dimensão: 2702 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/6/7

ALERTA DO BANCO DE PORTUGAL

JUROS DE CRÉDITO ILEGAL LEVAM CASAS E CARROS

CLIENTES
PAGAM
TAXAS DE
50 A 80%
P.6 E 7

➤ **MAIORIA** dos contratos é nula. Famílias não têm dinheiro para recorrer à Justiça

➤ **REGULADOR** fecha sete sites e avisa para cobranças com recurso à violência



SETOR FINANCEIRO

EQUIPA | VIGILÂNCIA

O Departamento de Averiguação e Ação Sancionatória do Banco de Portugal tem nove funcionários que se dedicam exclusivamente à defesa do perímetro bancário e aos quadros de atividade financeira não autorizada. Parte do trabalho passa por acompanhar as ofertas nas redes sociais.

EMPRÉSTIMOS

Crédito à margem da lei com juros de 50 a 80%

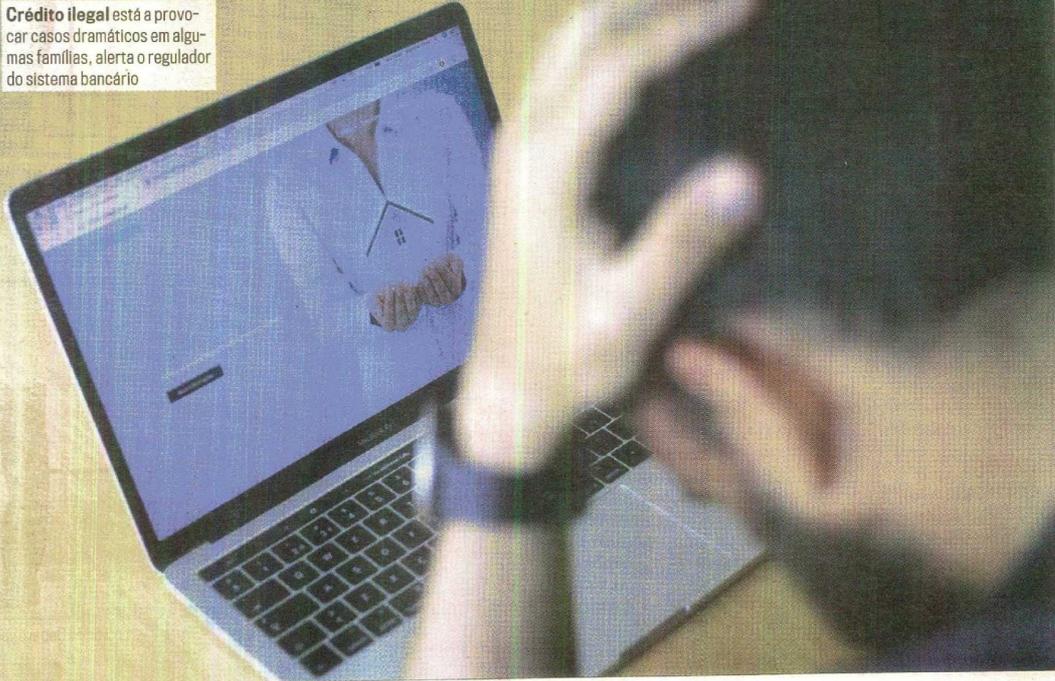
SUPERVISÃO ⚡ Financiamento ilegal leva famílias a entregarem a casa de família ou o automóvel para obterem pequenas quantias **ALERTA** ⚡ Fenómeno dispara em 2018 e leva o Banco de Portugal a fazer 20 participações à Justiça

DIANA RAMOS

Os portugueses mais endividados estão a recorrer a empréstimos à margem da lei com juros que, em média, se situam entre os 50% e 80%. Há casos extremos em que as taxas podem chegar aos 300%. Por isso, há casos dramáticos de famílias que, para obterem créditos de pequeno montante, perdem a casa de família.

“O número de situações que nos têm chegado tem aumentado substancialmente”, reconhece ao CM João Raposo, diretor do Departamento de Ação Sancionatória do Banco de Portugal (BdP). No ano passado, o regulador fez 20 participações ao Ministério Público por indícios

Crédito ilegal está a provocar casos dramáticos em algumas famílias, alerta o regulador do sistema bancário



HÁ CASOS EXTREMOS EM QUE AS TAXAS PODEM CHEGAR ATÉ AOS 300%

REGULADOR FEZ EM 2018 PARTICIPAÇÕES POR INDÍCIOS DE 32 CRIMES

da prática de 32 crimes no âmbito do financiamento ilegal, mais 68% face a 2017.

“As pessoas procuram esta forma de financiamento quando esgotaram o recurso ao crédito normal. Chegam a estas empresas e intermediários numa situação de desespero, financeiramente e psicologicamente”, adianta João Raposo. Por isso, “para conseguirem um crédito de baixo montante acabam por entregar a casa”. “A casa é dada como garantia, é alterada a titu-



Entidades não autorizadas emprestam dinheiro em troca de juros elevados

laridade, e se as pessoas não pagarem uma só prestação perdem logo a casa.”

Estes financiamentos são feitos por entidades não autorizadas pelo BdP e publicitados em anúncios de jornal, nas redes sociais e em panfletos distribuídos porta a porta. Num dos casos detetados pelo supervisor, uma pessoa “dava a cara e por detrás estavam mais de 30 financiadores”. Noutro, adianta João Raposo, uma só empresa atribuiu

no período de “um ano e meio crédito no montante de 700 mil euros”. Os casos apanhados nos últimos três anos totalizaram financiamentos que ultrapassaram sete milhões de euros.

Apesar de o País ter saído da crise, o fenómeno do crédito à margem da lei tem crescido, segundo este responsável, por causa das redes sociais. “A propagação é hoje muito maior.”

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO

SETE SITES | FORAM ENCERRADOS

No âmbito da Ação Sancionatória, o Banco de Portugal emitiu 12 alertas dirigidos ao público relativos a 19 pessoas ou entidades não autorizadas, abriu 12 processos de contraordenação e mandou encerrar sete sites com ofertas de financiamento não autorizado pelo regulador.



DENÚNCIAS | DELEGAÇÕES

OS FUNCIONÁRIOS DAS DELEGAÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL NOS DISTRITOS TAMBÉM TÊM DENUNCIADO CASOS DE FINANCIADORES À MARGEM DA LEI.

JUSTIÇA | TROCA DE INFORMAÇÃO

Além de o Banco de Portugal fazer participações ao Ministério Público, são também muitos os casos em que os próprios órgãos de investigação criminal informam o supervisor de casos de financiamento à margem da lei em processos por si investigados ou em julgamentos. Em causa estão crimes de burla, branqueamento e usura.



CASOS REAIS

CASO A

Cliente pediu 20 mil euros de crédito para que a sua empresa não fosse à falência dando como garantia a casa de habitação e transferindo a propriedade para o financiador. A casa de família estava avaliada em 180 mil euros. Foi combinado no contrato o pagamento de uma prestação de 800 euros. Caso não pagasse uma das prestações, o financiador podia acionar cláusula que previa a entrega da casa. Cliente falhou prestação e ficou sem a habitação de família.

CASO B

Cliente começou por pedir mil euros de crédito assumindo o pagamento através de 12 cheques pré-datados de 150 euros cada um. Como teve dificuldades em pagar os cheques pré-datados, recorreu a novos financiamentos à mesma empresa de crédito ilegal com mais cheques pré-datados. Atualmente, esse cliente tem a correr 17 empréstimos, não consegue cumprir o compromisso de pagar os cheques pré-datados e prepara-se para pedir um 18º financiamento.

CASO C

Cliente pediu mil euros e financiamento a financiador ilegal. Deu como contragarantia o carro, transferindo a propriedade do automóvel. Está a pagar 200 euros de prestação há 18 meses e, apesar de já ter pagado 3600 euros ao financiador, não sabe quanto lhe falta pagar e quando irá recuperar a viatura.

HÁ CASOS DE AMEAÇAS E COBRANÇA AGRESSIVA

Em alguns dos casos detetados pelo Banco de Portugal, registaram-se situações de “financiamentos que tinham associados a prática de métodos de cobrança agressiva”.

PORMENORES

Publicidade

As publicidades colocadas nos jornais e nas redes sociais são sempre apelativas: ‘Precisa de dinheiro? Tem Imóvel?’ ou ‘Crédito fácil em 48 horas’.

Condições impostas

As condições de pagamento impostas pelas empresas ou financiadores são quase impossíveis de cumprir. O objetivo é ficarem com bens ou prolongarem a situação de dependência.

Redes sociais

Em certos casos, estas empresas utilizam as caixas de comentários das redes sociais para oferecerem de forma alargada financiamento.

Lista negra

O Banco de Portugal tem uma Central de Responsabilidades de Crédito com as dívidas de cada mutuário. É uma espécie de lista negra, em que não constam os pedidos às empresas ilegais.

Falhar prestação anula recompra

Os contratos de crédito em que é transferida a propriedade da casa têm uma cláusula de recompra da habitação pelo dono após o pagamento. Contudo, também referem que basta que o cliente falhe uma prestação para que a cláusula deixe de poder ser acionada. O imóvel é perdido.



Banco de Portugal fez um alerta público e tem um explicador no site

Jovens com formação superior também caem neste ‘esquema’

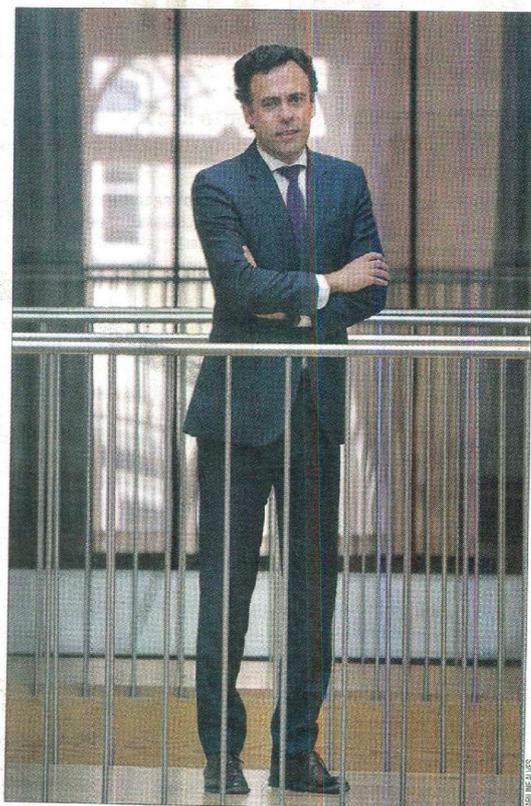
PERFIL Há casos de famílias com baixos rendimentos, mas jovens casais com habilitações académicas também são apanhados por estas redes

Quem recorre ao crédito à margem da lei são, por norma, “pessoas de mais baixos rendimentos que estão mais vulneráveis”. Mas o perfil é abrangente, já que há também casos de “pessoas com formação académica que se veem envolvidas nestas redes”, diz o diretor do Departamento de Ação Sancionatória do Banco de Portugal. “São fenómenos também típicos em pessoas propensas ao consumo, como jovens casais”.

MAIORIA DAS SITUAÇÕES APANHADAS PELO BANCO DE PORTUGAL É A NORTE

detalha João Raposo, frisando que “as situações de desespero batem a todas as portas”.

Quanto aos financiadores, os casos detetados pelo supervisor “estão maioritariamente mais presentes no Norte”. “Em alguns casos, são pequenos agiotas que depois montam redes para dar escala ao negócio”, explica. Empresários ou com fortuna de família, os investidores são também “pessoas que, por norma, dominam a economia local”. “A razão de entrarem nestes negócios é o facto de não haver nenhum tipo de investimento que garanta uma rentabilidade de 80%.”



João Raposo, diretor do Departamento de Ação Sancionatória do BdP

Maioria dos contratos é nula, mas famílias não têm dinheiro para recorrer à Justiça

“Não tenho dúvidas de que estes contratos são nulos”, mas “as pessoas não têm dinheiro para recorrer a um advogado ou condições para avançar para a Justiça, pagando as taxas e custas associadas, para pedir a nulidade”, explica João Raposo. O Banco de Portugal está, por isso, mais atento, de forma a proteger os

mais vulneráveis. “Temos de apostar na prevenção, alertando as pessoas para os riscos que estão a correr ao usarem este tipo de financiamento”, diz o diretor do Banco de Portugal. Além do alerta público, a aposta é também na “representação em força das situações graves que foram identificadas”, com coimas elevadas.